

# NOSSO MESTRE IGNÁCIO RANGEL

*Márcio Henrique Monteiro de Castro\**

## INTRODUÇÃO

Apresentar a obra de Ignácio Rangel, composta de poucos livros e centenas de artigos, é um agradável desafio. Não se trata, certamente, de um autor desconhecido. Mas é conhecido de forma fragmentária e apenas pelo público especializado. Uns conhecem sua teoria sobre a inflação brasileira, outros a polêmica abordagem sobre a questão agrária. As posições de Rangel sobre o papel do Estado na economia e a privatização dos serviços de utilidade pública, que passariam a ser regulados pelo instituto da concessão, também são pontos notáveis de sua reflexão, muitas vezes recuperados por leituras parciais. Explica-se: desenvolvidos em inúmeros textos, não estão expostos de forma sistemática e completa em nenhum deles.

Esta edição, em dois alentados volumes, reúne todos os trabalhos de Rangel — livros, monografias e artigos — que puderam ser localizados por meio de extensa pesquisa. Estão representados aqui todos os temas relevantes de que tratou. Para além da diversidade desses temas, salta à vista o caráter original e abrangente da obra, que agora poderá finalmente ser vista como um todo, com sua unidade, consistência, modernidade teórica e atualidade programática.

Rangel foi estudado com profundidade por alguns professores e economistas, cujos trabalhos também devem ser lidos por quem deseja conhecer melhor o seu pensamento. Encontramos em Ricardo Bielschowsky (1988) o principal desses trabalhos, em um competente capítulo que, entre outros méritos, ressaltou a unidade da obra em torno da teoria da dualidade básica, identificou parte da diversificada matriz teórica por onde Rangel transitou e relacionou suas idéias com as conjunturas das décadas de 1940, 1950 e 1960, cotejando-as com as demais correntes da época. Como o trabalho de Biels-

\* Economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Doutor pela Universidade Estadual de Campinas.

chowsky aborda o pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1964, não trata da questão da privatização dos serviços de utilidade pública, que não aparece com destaque em Rangel nesse período.

Guido Mantega (1984) dedica parte de um capítulo à teoria da inflação proposta por Rangel. Sublinha o caráter inédito de sua visão e registra a articulação entre a questão agrária, a capacidade ociosa e aspectos microeconômicos que dizem respeito às estruturas de mercados. Reconhece a influência de Marx e de Keynes, mas restringe sua análise ao livro *A inflação brasileira*. Ao não levar em conta a teoria da dualidade, Mantega identifica em Rangel uma dinâmica social determinista e uma visão idílica da posição das classes sociais no processo de desenvolvimento.

Luís Carlos Bresser Pereira e José Márcio Rego (1998), por sua vez, defendem a idéia de que “a concepção de Rangel sobre o desenvolvimento econômico e político do Brasil apóia-se em duas idéias-chave: os ciclos longos e a dualidade básica”. Além da exposição deste argumento, o texto apresenta uma pequena nota biográfica e metodológica.

No ano do falecimento de Rangel, 1994, o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina realizou um simpósio sobre o seu pensamento. Os anais, organizados por Armen Mamigonian e publicados em 1997, constituem um precioso material de consulta. Além de aspectos teóricos e analíticos, encontramos ali referências biográficas e políticas indispensáveis à avaliação da obra e da conjuntura a que estava ligada. Também na revista *Archétypon* n. 9, de 1995, integralmente dedicada a Rangel, encontramos material relevante. Elementos biográficos aparecem ainda em *Um fio de prosa autobiográfica com Ignácio Rangel*, de 1991, e em uma entrevista publicada pela revista *Geosul* n. 12/13, do departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.

José Graziano da Silva (2000) organizou em forma de livro os trabalhos de Rangel sobre a questão agrária, também reproduzidos no segundo volume desta edição. Além da reedição do polêmico *A questão agrária brasileira*, de 1962, a coletânea contém dois trabalhos sobre o autor — o prefácio escrito pelo próprio Graziano e um artigo de Paulo Davidoff Cruz — que são leituras sempre oportunas.

## OS ANOS DE FORMAÇÃO

Todos os que escreveram sobre Rangel sublinham, antes de tudo, sua originalidade, sua singularidade teórica. Ela tem, evidentemente, um sentido positivo, mas também é um dos principais obstáculos ao entendimento da sua obra. A origem dessa característica, certamente, encontra explicação na biografia do autor.

Nascido em 1914, sua infância transcorreu em diferentes cidades no interior do Maranhão. Seu pai era um juiz de direito que fazia política contra o governo, e por isso a família era sempre transferida de localidade. Não é difícil imaginar as condições de vida nas cidades do interior maranhense nas primeiras décadas do século xx. Algumas viagens duravam cerca de trinta dias, com meios de transporte que iam do batelão ao cavalo, e terminavam quase sempre em cidades que não tinham escolas. Rangel desenvolveu-se como autodidata ou, numa versão atenuada, graças à orientação educacional paterna. “Segundo a tradição da família, eu estava destinado ao direito. A Constituição de 1891 e o Código Civil, eu os conheci, não na faculdade, mas desde a escola primária, em termos próprios para minha idade” (Rangel, 1978).

Aos doze anos foi para São Luís fazer o ginásio. A influência do pai, que pensava a lei como a encarnação da razão, seguindo a tradição da França de 1789, e relatava ao filho as proezas da Coluna Prestes, ajuda a explicar a precoce militância política de Rangel. Aos dezesseis anos o rapaz se integrou à Revolução de 1930, participando da sublevação do 24º Batalhão de Caçadores.

Em 1935 participou da Aliança Nacional Libertadora. Com a derrota do movimento, foi preso e enviado para o Rio de Janeiro. Intensificou então o estudo autodidata. “Nos meses de prisão no Rio de Janeiro, estudávamos muito. Criamos uma universidade popular no presídio. Organizamos um sistema de contrabando de livros de fora, e assim, com treze cursos funcionando, pudemos estudar alemão, francês, inglês, economia, sociologia, matemática superior, enfim, muitos ramos do saber humano” (Rangel, 1991). Libertado depois de dois anos, foi proibido de sair de São Luís durante oito anos.

Foi nesse período que o jovem Rangel começou a rever suas posições. “Alguém estava errado, alguma coisa estava errada. Nós, o país, estávamos saindo da crise, e os homens que haviam tomado o poder (...) iam se bater pela industrialização” (Rangel, 1991). “Ainda nessas condições de prisão e domicílio coacto comecei a ver, até a intuir, certas verdades que depois aprofundi. Primeiro: era possível industrializar o Brasil sem reforma agrária; o que para mim era uma coisa tão difícil, chegava a ser um pecado mortal para uma pessoa que se dizia de esquerda naquela época. (...) Depois fui trabalhar e confirmar essas idéias: a verdade é que o país estava próspero, e essa prosperidade significava uma descoberta fundamental” (Rangel, 1992).

Os momentos iniciais dessa reflexão transcorreram em condições de grande isolamento intelectual. Desenvolvendo idéias estranhas e críticas às posições de esquerda, afastado da universidade, isolado em São Luís, Ignácio Rangel iniciou uma revisão das teses marxistas que na época dominavam a

análise da realidade brasileira.

Bielschowsky tem razão ao afirmar que “a leitura da obra completa [de Rangel] deixa a impressão de que seu trabalho intelectual é uma espécie de crítica à avaliação que a esquerda vinha fazendo, desde o princípio do movimento de 1935, sobre as condições revolucionárias existentes no país. Dá a impressão de que considerou, num certo ponto de sua vida, que se deixara guiar idealisticamente na juventude por uma transposição mecânica de teses revolucionárias estranhas à realidade brasileira. E que, daí para a frente, sua grande obsessão passou a ser entender essa realidade por meio de análises que recusavam o uso de teorias importadas sem a devida adaptação às condições históricas específicas do país” (Bielschowsky, 1988).

A vida profissional de Rangel funde-se com sua obra inequivocadamente. Ainda no Maranhão, trabalhou numa empresa comercial e industrial, onde pôde conhecer a anatomia, do coração administrativo ao chão de fábrica, de uma unidade capitalista. Na segunda metade da década de 1940, já no Rio de Janeiro, começou a escrever “apenas para botar minhas idéias em ordem” (Rangel, 1991). Alguns desses trabalhos foram vendidos para a Associação Comercial e credenciaram Rangel a trabalhar, mais tarde, com Rômulo de Almeida e Ewaldo Corrêa Lima na assessoria da Confederação Nacional da Indústria. No governo Vargas foi convidado para a assessoria econômica da Presidência. A partir de então, desempenhou inúmeras funções em órgãos voltados ao desenvolvimento econômico. A leitura da introdução a *Economia: milagre e antimilagre*, publicado nesta edição, nos permite conhecer algumas passagens curiosas dessa vida profissional.

## AS GRANDES QUESTÕES

No primeiro momento, como vimos, Rangel buscava compreender a possibilidade de desenvolvimento em condições peculiares, a partir da descoberta de que este processo estava ocorrendo apesar e contra o entendimento da esquerda. Em um segundo momento, trabalhando em diferentes postos dentro do Estado, deslocou a atenção para identificar os fatores que poderiam intensificar o processo. Esse otimismo na ação, essa busca de soluções desenvolvimentistas, com a identificação de pontos de estrangulamentos e de capacidades ociosas — ou seja, das linhas de menor resistência ao desenvolvimento das forças produtivas —, caracterizam o seu trabalho, cujas fases apresentam clara continuidade, com a segunda sendo uma consequência direta e lógica da primeira. As questões e as teorias enfatizadas por Rangel são condicionadas pelos problemas reais, econômicos e políticos com que se defronta.

Ao constatar que a revolução brasileira não percorria os caminhos previstos pela doutrina da ortodoxia soviética, Rangel construiu a teoria da dualidade básica: o processo de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras seguia regras sutis; as rupturas ocorriam, mas de forma oblíqua e gradual. Por isso, considerou fundamental viabilizar a acumulação capitalista como caminho ao socialismo.

Era um teórico não acadêmico. Não foi absorvido pelos debates nos termos que a academia praticava, o que o tornou intelectualmente livre para especular. A maior parte das questões de que tratou eram novas e originais. Muitas vezes aparecem em sua obra corruptelas das categorias acadêmicas, na forma de termos econômicos novos, originais. A taxa de imobilização, que aparece em *A inflação brasileira*, é um exemplo clássico.

Utilizaremos a seguir trechos dos textos de Bielschowsky e Castro (1987), Bielschowsky (1988) e Castro (1995), sempre lembrando que esta apresentação não pretende esgotar as inúmeras e complexas questões presentes na obra de Rangel. Tem apenas o objetivo de incentivar a leitura da obra e dar uma visão básica do seu conjunto, que é perfeitamente harmônico e integrado, e pode ser subdividido em cinco grandes teses, interligadas a partir da primeira: (a) a dualidade básica, (b) a interpretação da dinâmica capitalista (ciclos, crises e tecnologia), (c) a tese da inflação, (d) a interpretação da questão agrária, (e) o papel do Estado na economia.

## **A TESE DA DUALIDADE BÁSICA**

A esfinge da dualidade básica é a parte menos compreendida da obra de Rangel e, a nosso ver, a responsável pelas interpretações fragmentadas sobre o autor. Na década de 1950, quando de sua publicação, a obra foi recebida com grande entusiasmo, como nos testemunha a apresentação de Guerreiro Ramos para a primeira edição, feita pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). O eminente sociólogo não poupou elogios: “Evocamos esses antecedentes para realçar a contribuição de Rangel, mostrando que veio resolver uma questão de técnica sociológica, ao propor uma noção rigorosa, precisa. (...) Do ponto de vista metodológico, este livro é um marco na história das idéias em nosso país. Dá o exemplo de como se pode assimilar, de maneira crítica, a ciência social importada. (...) O autor descobriu a lei básica da formação econômica do Brasil” (Rangel, 1957, Apresentação).

A partir da década de 1960, a tese teve uma aceitação inversamente proporcional à sua importância. Acreditamos que tenha sido sufocada pelo de-

bate em torno da natureza da revolução brasileira. A idéia da dualidade não se encaixava nem na posição ortodoxa, nem na revisão teórica que tomou corpo a partir de *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr. A visão da questão agrária, dela derivada, afastava a teoria da dualidade das duas posições dominantes. Antes de provocar uma grande polêmica, foi ignorada e envolvida por um manto de silêncio.

Este esquecimento da dualidade, em paralelo ao reconhecimento da importância de outras obras, como *A inflação brasileira*, chega a ser curioso, pois a teoria da dualidade é o fio condutor da obra de Rangel. Podemos dizer que qualquer questão que tenha tratado de forma aparentemente tópica — e ele nunca tratava nada de forma realmente tópica — é uma aplicação particular da teoria da dualidade. Além disso, nessa teoria reside o caráter interdisciplinar que o conjunto da obra possui. Não é por outra razão que geógrafos e historiadores se interessam por ela, apesar de ter sido construída nos marcos da economia política, entendida como uma tentativa de explicar como as diferentes classes sociais se relacionam ao longo do processo econômico. A dualidade é exatamente a teoria que junta o processo econômico e as classes sociais. É o coração, o núcleo de uma análise de economia política (Castro, 1997). Ponto central que organiza o pensamento e sustenta todas as formulações do autor — inflação, privatização, questão agrária etc. —, ela merece ser comentada com destaque.<sup>1</sup>

Começemos por apresentá-la de forma sintética, seguindo parte do texto de Bielschowsky e Castro (1987). Ela é uma tese de história econômica e

---

1. A idéia de que a tese da dualidade básica organiza o pensamento rangeliano pode ser apoiada nas seguintes citações: “A tese da dualidade é (...) o principal elemento organizador do pensamento de Rangel” (Bielschowsky, 1988). “Neste artigo, estudaremos a estrutura do fundamento teórico do pensamento de Ignácio Rangel, a dualidade brasileira” (Guimarães, 1994). O próprio Rangel (1978) escreveu: “A idéia central da dualidade (...) parece-me muito fecunda para explicar a evolução econômica, social e política do Brasil. Entrementes, à medida que os anos passavam e que eu usava a teoria para lançar luz sobre a história e a vida corrente do nosso país, ia surgindo a necessidade de precisar novos pontos, embora sem fugir ao plano inicial de utilizar as categorias do materialismo histórico, muito embora surgissem outros cientistas sociais que julgavam poder concordar comigo em numerosas coisas — política agrária, etiologia da inflação brasileira, dialética da capacidade ociosa etc. — sem aceitar a idéia central da dualidade. Para alguns, esta emergia como uma espécie de acidente em meu pensamento, o qual não carecia disso para justificar-se. Trata-se, evidentemente, de um equívoco, visto como toda a minha contribuição ao esclarecimento da problemática brasileira pode ser definida como aplicação do marxismo ao entendimento da economia e da sociedade brasileiras — o que não quer absolutamente dizer que me prive de utilizar outras contribuições, com especial atenção para as teorias econômicas ‘ocidentais’, destacando-se Marshall e Keynes. Mas o que aqui importa é que há um longo caminho percorrido desde aqueles modestos começos. E a teoria da dualidade foi, precisamente, a chave para isso.”

política do Brasil. Corresponde a uma adaptação original do materialismo histórico e da teoria econômica para a análise do caso brasileiro, que o autor empreendeu no sentido de tentar entender a universalidade e a especificidade das leis de formação histórica e de funcionamento da economia brasileira.

Rangel não discorda do materialismo histórico marxista. Entende a história como uma seqüência, mais ou menos definida, de etapas, cada uma correspondendo a um modo de produção. Admite, ademais, que um modo de produção começa a transformar-se em outro, mais avançado, no momento em que as relações de produção deixam de estimular o desenvolvimento das forças produtivas e passam a entravá-lo. Considera, porém, que a forma de inserção do Brasil na economia mundial, isto é, o fato de se ter constituído como economia complementar ou periférica, exige uma assimilação crítica dessas teses.

No caso brasileiro, a seqüência da história universal — comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo — reproduzir-se-ia de forma distinta dos países desenvolvidos. A adaptação da visão marxista da história universal ao caso brasileiro é feita por ele por meio do conceito de dualidade, que tem na obra um significado singular, inteiramente distinto das definições mais comuns.

Segundo essa visão, a dinâmica histórica brasileira se distingue dos casos clássicos porque os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção internas ao país, mas também da evolução das relações que este mantém com as economias centrais. As “relações externas” são determinantes do desenvolvimento das forças produtivas internas e, conseqüentemente, também das relações de produção internas. Essa dupla determinação — evolução das relações internas e das externas — teria como conseqüência fundamental não só a dualidade de todas as instituições econômicas brasileiras — o latifúndio, as empresas industriais e comerciais etc. —, mas também a dualidade da economia brasileira como um todo.

Um segundo aspecto básico da tese é a singular argumentação sobre o movimento da história brasileira. Ou seja, a explicação sobre a maneira como os modos de produção (as dualidades) vão se sucedendo. Como no método do materialismo histórico, é dito que as etapas se sucedem por meio de transformações que ocorrem nas relações de produção, que determinam o desenvolvimento das forças produtivas e são por ele determinadas. Observe-se a alternância dos pólos das dualidades no processo de transformação.

Em 1962, estimulado pelo clima político e intelectual do momento, e pelo próprio amadurecimento da sua interpretação, Rangel foi levado a pen-

sar na contrapartida política da dinâmica da dualidade. Afirmou, então, que “o Estado brasileiro não pode senão refletir a dualidade básica da economia e da sociedade”. A tese central é a de que a superestrutura política acompanha as mudanças na infra-estrutura “dual”, num movimento que, como o da própria infra-estrutura, passa por rupturas súbitas e violentas.

Em 1981, Rangel elaborou uma versão atualizada da tese, em que a expõe com uma clareza e objetividade não alcançadas em textos anteriores (todos estão publicados nesta edição). Nesse último texto o autor introduz duas inovações. Em primeiro lugar, combina a dinâmica da dualidade brasileira com os ciclos de Kondratiev. A primeira dualidade ter-se-ia implantado na fase descendente do primeiro ciclo longo; e as mudanças da primeira à segunda dualidade e da segunda à terceira teriam ocorrido nas fases descendentes do segundo e do terceiro ciclos. Em segundo lugar, introduz nova idéia de ocorrência de uma quarta dualidade, que estaria prestes a se iniciar na atual fase descendente do quarto ciclo de Kondratiev. O “pólo” de transformação seria o interno, que passaria da situação de “internamente” feudal e “externamente” mercantil-capitalista à condição mais homogênea de semicapitalista em ambos os lados. A transformação das relações de produção no campo, em curso há décadas pela influência do avanço capitalista, teria agora um impulso decisivo, dado pelo provável fortalecimento do sistema financeiro interno, que minaria o preço da terra, destruindo as condições de seu monopólio e o poder dos latifundiários. Como veremos, apesar da clareza do texto de 1981, permanecem problemas envolvendo a teoria da dualidade, e a quarta dualidade apresentará questões específicas.

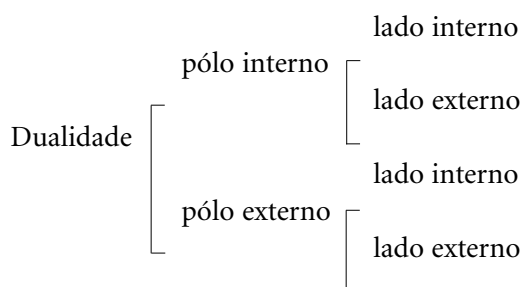
O que é uma dualidade no entendimento de Rangel? As palavras do autor serão úteis para não nos perdermos em discussões infundáveis: “Ao tempo em que foi escrita *Dualidade*, em 1953, havíamos chegado, no que toca ao emprego das categorias do materialismo histórico, a um beco sem saída. (...) Generalizava-se a consciência de que a história do Brasil desenvolvia-se por trilhas que não eram, absolutamente, as admitidas pelo marxismo brasileiro. (...) O país se industrializava e se desenvolvia, e o fazia por caminhos não mapeados ainda (...). A *Dualidade* (...) apresenta-se como um esforço de utilização daquelas mesmas categorias. (...) A idéia central era que, no Brasil, (...) haviam-se criado condições para o aparecimento de modos de produção sucedendo-se historicamente, mas todos caracterizados pela coexistência de relações de produção próprias de diferentes modos fundamentais de produção.<sup>2</sup> (...) O princípio da dualidade é a combinação de relações de produção heterogêneas para compor um só e mesmo modo de produção



complexo ou dual” (Rangel, 1978b).

Em resumo, Rangel nos diz que a dualidade é um modo de produção complexo que combina elementos de diferentes modos de produção fundamentais. O próximo passo, portanto, é mostrar que as combinações desses elementos “não se fazem ao acaso, mas em obediência a leis” (Rangel, 1978b). Esses elementos são agrupados em dois pólos (interno e externo), cada um com dois lados (também interno e externo). Temos, portanto, “quatro grupos elementares de relações de produção, ordenados dois a dois” (Rangel, 1978b).

Qualquer que seja a dualidade, em Rangel, ela terá essa forma explicada, a qual pode ser apresentada esquematicamente como se segue:



Este modo de produção (a dualidade ou modo de produção dual), “respondendo, como qualquer outra formação, ao crescimento de suas próprias forças produtivas, muda o modo de produção e o faz no mesmo sentido geral no qual muda a sociedade humana, passando a um modo de produção superior, mas tem um modo peculiar de mudar, isto é, o faz em obediência a certas ‘leis’ específicas — as leis da dualidade brasileira” (Rangel, 1981, 12). Eis as leis:

- (a) o desenvolvimento das forças produtivas muda a dualidade, mas a mudança ocorre apenas em um dos pólos;
- (b) os pólos interno e externo mudam alternadamente;
- (c) o pólo muda pelo processo de internalizar o modo de produção existente no seu lado externo;
- (d) o lado externo do pólo em mudança também se modifica, incorporando elementos de um modo de produção mais avançado;
- (e) as mudanças na dualidade brasileira são provocadas por mudanças no centro dinâmico.

O sentido da história universal é amarrado, portanto, pela sucessão da

---

2. Os modos fundamentais de produção, como vimos, são: comunismo primitivo, escravidão, feudalismo, capitalismo e socialismo (Rangel, 1978).

estrutura, pelas leis que impõem as modificações no sentido do externo para o interno e pelo fato de que o motor histórico do processo é o movimento internacional. Em última instância, o desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial determina o movimento da dualidade. O centro dinâmico engendra, entre outros movimentos periódicos, o ciclo de Kondratiev, que influencia diretamente na estruturação de nossas dualidades.

Mas isso não implica considerar o pólo interno como um componente puramente passivo. Antes, devemos reconhecer que tem movimento próprio. Suas características determinarão a resposta que a economia brasileira dará aos impulsos externos. “O Brasil costuma reagir às flutuações econômicas de longo prazo (...) de forma muito ativa e dinâmica” (Rangel, 1981).

Além da estrutura da dualidade básica (estrutura econômica, como veremos) e suas leis de transformação, para completar o modelo, seguindo o artigo de 1981, devemos mencionar a estrutura política da sociedade dual. Apesar de a estrutura (econômica) da dualidade combinar quatro elementos, essa estrutura política é pensada como uma associação de duas classes dirigentes. Uma corresponde ao pólo externo e combina “interesses corres-

DUALIDADES<sup>3</sup>

		Primeira 1815-1873	Segunda 1873-1922	Terceira 1922-1973	Quarta 1973- ?
Pólo interno	Lado interno	escravismo	feudalismo	feudalismo	semisalariado
	Lado externo	feudalismo	capitalismo mercantil	capitalismo mercantil	semicapitalismo rural
		<i>sócio maior:</i> fazendeiros escravocratas	<i>sócio menor:</i> fazendeiros feudais	<i>sócio maior:</i> fazendeiros feudais	<i>sócio menor:</i> nova burguesia rural
		<i>sócio menor:</i> burguesia mercantil	<i>sócio maior:</i> burguesia mercantil	<i>sóciomenor:</i> capitalismo industrial	<i>sócio maior:</i> capitalismo industrial
Pólo externo	Lado interno	capitalismo mercantil	capitalismo mercantil	capitalismo industrial	capitalismo industrial
	Lado externo	capitalismo industrial	capitalismo industrial	capitalismo financeiro	capitalismo financeiro

3. As datas foram fixadas por nós com certo grau de arbitrariedade.

pondentes aos dois modos elementares de produção”; no outro pólo, “a classe representante do pólo interno acha-se solicitada por duas ordens diferentes de interesses, típicas dos modos elementares de produção associados nesse pólo” (Rangel, 1981).

Apresentemos agora, esquematicamente, qual seria o conjunto das dualidades formuladas por Rangel. A tabela permite apreender vários aspectos do modelo. Conforme assinalamos, os pólos mudam alternadamente e, quando o fazem, internalizam o elemento situado no lado externo. O pólo que não se altera passa integralmente para a nova estrutura dual.

Para Rangel, as dualidades têm uma relação estável com os ciclos de Kondratiev. Originam-se em alguma passagem da fase A para a fase B de um ciclo e dão lugar a uma outra dualidade, no mesmo ponto do seguinte Kondratiev. Além disso, todas as dualidades contemplam significativas modificações político-institucionais (Abertura dos Portos — Independência; Abolição — República; Revolução de 1930 — Estado Novo), que são a marca indiscutível de um novo pacto de poder. Percebe-se, ainda, que o sócio maior da coalizão de classes dominantes chega dividido ao final da dualidade em que foi hegemônico. Já o sócio menor chega em condições de exercer a hegemonia na dualidade subsequente.

A última observação do quadro refere-se à quarta dualidade. Seu início, duração e configuração mereceriam um estudo mais detalhado do que aquele que esta introdução comporta. Seu desenho definitivo dependeria da forma como a economia (e a sociedade) brasileira responderia à fase B do quarto Kondratiev.

## **DETALHAMENTO DO MODELO**

Definimos o estatuto teórico da dualidade e sua morfologia. Podemos passar à discussão de aspectos que, invariavelmente, são suscitados pela leitura do modelo. Escolheremos apenas alguns tópicos, nem sempre os mais estimulantes, que servirão para mostrar a complexidade que se esconde por trás de uma falsa ingenuidade.

O primeiro ponto refere-se ao suposto mecanicismo do esquema. Observando atentamente, podemos afirmar que ele é muito menos mecânico do que aparenta. Apenas uma leitura apressada poderá justificar essa crítica. Primeiro, porque o conteúdo dos quatro lados que estruturam uma dualidade é variado. Observemos, por exemplo, o lado interno do pólo interno. Nele, sempre encontramos uma relação de produção básica, que envolve o produtor direto e caracteriza um modo de produção. Isso não ocorre,

entretanto, com o conteúdo do lado externo do pólo interno. O elemento que se encontra nesse lado pode não ser uma relação de produção básica e, além disso, pode variar conforme a dualidade. Pode ser um arcabouço jurídico-político — uma forma de apropriação das terras baseada na lei das sesmarias, como na primeira dualidade — ou uma relação econômica presa à esfera da circulação, como na segunda dualidade. Ou seja, não só o conteúdo do lado externo é de natureza diferente do conteúdo do lado interno, como também aquele muda a cada dualidade.

Essas passagens devem ser lidas atentamente para se entender do que se trata. Na primeira dualidade, por exemplo, o pólo interno era o escravismo-feudalismo; na segunda, o mesmo pólo era o feudalismo-capitalismo mercantil. Pois bem: o primeiro feudalismo (o elemento do modo de produção feudal), que está no lado externo do pólo interno da primeira dualidade, é diferente do feudalismo que está do lado interno do pólo interno da segunda dualidade. No primeiro caso, o elemento feudal é uma relação de propriedade de terras que está regulando a relação dos senhores de escravos com o velho Estado colonial português. No outro caso, é uma relação social básica de produção. Trata-se de uma explicação que nada tem de mecânica, pois a todo momento precisamos parar e pensar sobre o que se trata. Poderia ser mais simples, mais mecanicista, mas não é.

Outro ponto que deve merecer nossa atenção refere-se ao suposto economicismo de Rangel. É verdade que ele apresenta uma explicação econômica que atua em última instância, o ciclo de Kondratiev;<sup>4</sup> a partir daí, no entanto, estuda as razões que se opõem à manifestação desses impulsos, quando negativos.

A partir das determinações econômicas mais gerais, o esquema da dualidade implicará uma análise em que o político e o jurídico não estão separados dos aspectos econômicos. O próprio esquema junta-os ao contemplar o estudo de uma estrutura política. Além disso, também os pólos combinam elementos de natureza distinta; quase sempre, cada pólo tem elementos econômicos, políticos e jurídicos como peças constitutivas. Em decorrência dessa abordagem analítica, Rangel sempre procurará o conteúdo econômico das normas e instituições político-jurídicas e refletirá sobre o arcabouço

4. “Rangel realiza desde seus primeiros escritos uma abordagem cíclica, isto é, identifica dois movimentos cíclicos que estão na raiz da dinâmica da economia brasileira: o ciclo de Kondratiev e o ciclo de Juglar. (...) As ‘ondas largas’ são movimentos gerados pelas economias centrais. (...) Entretanto, este ciclo, apesar de exógeno à economia brasileira, é de fundamental importância na medida que define a intensidade e a natureza das relações da nossa economia, que é periférica, com as economias centrais. Por outro lado, é respondendo aos movimentos do Kondratiev que o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, do ponto de vista interno, muda qualitativamente ao modificar suas dualidades” (Bielschowsky e Castro, 1987).

institucional dos problemas econômicos. A análise que Rangel faz da crise econômica brasileira na década de 1980 e a conclusão a que chega — a necessidade de privatizar os serviços de utilidade pública — são um exemplo cristalino dessa fusão jurídico-político-econômica que o esquema de dualidade sintetiza.<sup>5</sup> Outro exemplo aparece na sua pioneira teoria cíclica da inflação, com formulações explícitas relacionando os preços e o desempenho da renda, capaz, além disso, de historicizar a própria explicação, pondo em relevo os interesses político-sociais que sustentam o processo.

Outra característica fortemente presente na obra de Rangel é um certo tipo de otimismo determinista. O modelo aponta inexoravelmente para a superação da dualidade. A quarta dualidade é entendida como uma necessidade, pois a superação da crise, inclusive a atual, sempre se faz estruturando-se uma nova dualidade.

A crise prolongada por que passa a sociedade brasileira nas últimas décadas abala a teoria, que considera o desenvolvimento nacional como uma certeza, o que historicamente foi confirmado ao longo das dualidades anteriores. O tempo equivalente a uma fase do Kondratiev transcorreu, a economia internacional se reestruturou no padrão do dólar flexível e o nosso ciclo juglariano, que deveria corresponder a investimentos em infra-estrutura, não ocorreu. A esperada privatização virtuosa, com novas regras jurídicas para a concessão dos serviços de utilidade pública, foi substituída por um processo de transferência de ativos que aumentou a desnacionalização do setor, criando um previsível desequilíbrio cambial. Após anos de *stop and go*, a economia brasileira não definiu nenhum novo padrão de acumulação, reforçou uma integração comercial sem planejamento na economia mundial e aprofundou o moderno primário-exportador, com o *agribusiness*, ou seguiu o curso definido pela divisão internacional do trabalho das empresas multinacionais.

Também não se identifica um novo pacto de poder que fizesse a sociedade brasileira avançar nos moldes da quarta dualidade. Todos os problemas que, para Rangel, são manifestações da crise têm sido administrados da mesma maneira, independentemente da coalizão política que dirige o Estado. A questão social, com sua moderna expressão urbana, a crise fiscal e a reiteração de uma política econômica que força a elevação da carga tributária impõem uma draconiana contenção de gastos, degrada os serviços pú-

---

5. “A privatização dos serviços de utilidade pública deverá ser o detonador de todo o processo, porque permitirá, a exemplo do que, noutras condições, fez a introdução do instituto da correção monetária, fazer intervir no sistema uma válida garantia hipotecária.” (Rangel, 1987).

blicos e tensiona os pactos de governabilidade, mas não impede a elevação da dívida pública. Todos os agudos problemas com que nos defrontamos, enfim, só encontram soluções conservadoras. A burguesia industrial cede espaço diante de um setor financeiro que se associa e se integra no capitalismo global. O Estado perde funções e se mostra incapaz de articular soluções desenvolvimentistas.

Para encerrar esta seção, resta recomendar a leitura de três trabalhos incluídos nesta edição: *Dualidade básica da economia brasileira*, *A dinâmica da dualidade brasileira* e *A história da dualidade brasileira*.

## **DETERMINANTES DA DINÂMICA CAPITALISTA<sup>6</sup>**

Desde seus primeiros escritos, Rangel realiza uma abordagem que identifica dois movimentos cíclicos na raiz da dinâmica da economia brasileira: o ciclo de Kondratiev e o ciclo de Juglar.

As ondas largas, ou ciclos longos, são movimentos gerados pelas economias centrais, aquelas capazes de criar novas tecnologias. Tal capacidade, em última instância, é o motor primário do movimento cíclico, apesar de a demanda efetiva desempenhar um papel fundamental na explicação das crises. Apesar de exógeno do ponto de vista da economia brasileira, esse ciclo é de fundamental importância na medida em que define a intensidade e a natureza das relações da nossa economia, que é periférica, com as economias centrais. Por outro lado, é respondendo aos movimentos de Kondratiev que o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira muda qualitativamente, do ponto de vista interno, ao modificar suas dualidades.

Os ciclos de Juglar, que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo industrial europeu no século XIX, ressurgiram no Brasil. Estes ciclos industriais, no caso brasileiro, obedecem inequivocadamente à lógica interna de um processo de industrialização que, sem prévia reforma agrária, assume a forma de substituição de importações por blocos, gerando sucessivamente pontos de estrangulamento e capacidade ociosa. A passagem de um ciclo a outro é problemática, exigindo por parte do Estado a “introdução de mudanças institucionais que instrumentalizam a retomada do processo de crescimento”.

No capitalismo, a crise é, em sua essência, de superprodução. Na industrialização brasileira, entretanto, a forma específica que ela assume é a de “um grave desajustamento estrutural, decorrente da simultânea definição,

6. Esta seção reproduz a similar em Bielschowsky e Castro, 1987.

no corpo do organismo econômico nacional, de um pólo de ociosidade e de um pólo de antiociosidade”. Vale dizer, a superprodução não aparece como fenômeno geral e sim como fato localizado em setores que se desenvolvem sob a pressão de uma taxa de exploração crescente. Logo, ela é compatível com a existência de grupos de atividades que representam pontos de estrangulamento. Uma intermediação financeira adequada — o que pressupõe mudanças institucionais — é essencial para retomar o desenvolvimento, pois a organização dos investimentos nos setores atrasados possibilita a transferência de recursos oriundos da utilização da capacidade ociosa.

A produção sistemática de tecnologia, segundo o autor, ou é atributo das economias centrais, onde o capital financeiro é dominante, ou das socialistas. Em economias periféricas, como a brasileira, a dinâmica econômica não depende da produção endógena de tecnologia. Antes, a incorporação de tecnologia externa é uma resposta às necessidades da acumulação de capital. Os problemas oriundos desta situação de dependência só podem ser minimizados na medida que o país estabeleça uma política de compra e absorção de tecnologia. Estas idéias estão distribuídas em inúmeros artigos, todos reproduzidos aqui. Eis os mais representativos: os editados no livro *Ciclo, tecnologia e crescimento*, o capítulo VI de *Recursos ociosos e política econômica e Dualidade e ciclo longo*.

## **A INFLAÇÃO BRASILEIRA<sup>7</sup>**

Leitura obrigatória em qualquer curso que trate do tema, *A inflação brasileira* talvez seja a obra mais conhecida de Ignácio Rangel. Ele inicia o primeiro capítulo estudando a equação de troca e reconhecendo sua contribuição ao estudo dos fenômenos monetários. Mas, desde logo, critica a interpretação específica dos monetaristas, para quem os preços dependem da oferta monetária. Ao contrário, partindo da mesma equação de trocas, Rangel contemplará a hipótese de uma variação autônoma dos preços.

Numa economia monopolista, o ajuste a esse desequilíbrio deveria ser feito por meio de uma queda na renda agregada. Mas isso não ocorre no caso brasileiro. A economia, em vez de entrar em depressão, engendra outra saída: a emissão. Esta emissão, entretanto, ao contrário do que os monetaristas pensavam “não é o ponto de partida da inflação, mas seu ponto de chegada” (Rangel, 1978).

---

7. Esta seção reproduz parcialmente argumentos que estão em Bielschowsky e Castro, 1987.

Mas não basta indicar que a emissão é a forma de repor o equilíbrio macroeconômico expresso pela equação de troca. É necessário mostrar o mecanismo pelo qual a “alta de preços induz à emissão” (Rangel, 1978). A elevação autônoma dos preços decorre, historicamente, da atuação de empresas com elevado poder de monopólio e que dominam a estrutura de comercialização dos produtos agrícolas. Como esses bens possuem baixa elasticidade-preço de demanda, uma elevação de preços, por meio do efeito-renda, provoca uma queda nas vendas e uma retenção de estoques nas empresas em que predomina a produção de bens com alta elasticidade-renda da demanda, alterando assim a relação entre o disponível e o realizável no balanço dessas empresas. O nível de liquidez anterior será alcançado por meio de empréstimos junto ao sistema bancário, que não tem por que se retrair perante este tipo de cliente, que apresenta elevado índice de solvabilidade. Mas este movimento, em termos agregados, “afeta negativamente o equilíbrio de caixa do sistema bancário” (Rangel, 1978) que, por isso, apresentará problemas de liquidez. Este desequilíbrio rebate, finalmente, no Banco do Brasil. “Para socorrer o Banco do Brasil, o governo emite” (idem). Com a emissão, “o mercado reabsorve os excedentes temporariamente retidos” (idem) e o governo recebe, pelo seu comportamento heterodoxo, um prêmio em recursos oriundos de tributos adicionais, de acréscimos de depósitos compulsórios e do próprio valor da emissão.

No argumento fica claro que, embora o governo também se beneficie da inflação, esta não foi gerada no orçamento da União — tese monetarista — e sim no interior da economia, o que aproxima Rangel dos estruturalistas. Por outro lado, ao influenciar a “taxa de imobilização” do sistema, a inflação cumpre o papel de instrumento de defesa contra a tendência à depressão, a qual resulta, em última instância, de uma industrialização realizada sem uma prévia reforma agrária. Decorre daí que seu combate não deve ser feito com base no receituário ortodoxo que, nestas condições, levaria necessariamente a uma crise e, muito provavelmente, a maior inflação.

Mesmo referenciada em um momento histórico e, obviamente, tratando de alguns de seus aspectos característicos, a obra transcende seu caráter de ocasião. É, de fato, uma teoria, não só pela forma rigorosa de sua formulação, como também por seu elevado grau de universalidade. Apresenta uma dimensão dinâmica pouco comum nas teorias sobre a inflação. Desde sua primeira formulação foi diretamente integrada ao processo de valorização do capital e à forma cíclica que historicamente assume. A integração de aspectos microeconômicos é feita de maneira rigorosa e historicamente correta, observando a estrutura oligopólica da economia brasileira.